

MOÇÃO PELO DIREITO DE SABER

As organizações signatárias solicitam que Vossas Excelências **rejeitem o Projeto de Lei 4.148, de 2008, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze**, que pretende negar o direito do consumidor à informação sobre a presença de transgênico. A iniciativa ignora a vontade da população que, segundo diversas pesquisas de opinião, já declararam que querem saber se um alimento contém ou não ingrediente transgênico (74% da população - IBOPE, 2001; 71% - IBOPE, 2002; 74% - IBOPE, 2003; e 70,6% - ISER, 2005).

O PL do Deputado Luis Carlos Heinze: (1) não obriga a informação sobre a presença de transgênico no rótulo se não for possível sua detecção pelos métodos laboratoriais, o que exclui a maioria dos alimentos (como papinhas de bebês, óleos, bolachas, margarinas); (2) não obriga a rotulagem dos alimentos de origem animal alimentados com ração transgênica; (3) exclui o símbolo T que hoje permite a fácil identificação da origem transgênica do alimento (como tem se observado nos óleos de soja); e (4) não obriga a informação quanto à espécie doadora do gene.

Acreditamos que o PL 4.148/08 mereça ser rejeitado, porque:

- 1) Fere o direito à escolha e à informação assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor, nos artigos 6º, II e III e 31.
- 2) Prejudica o controle adequado dos transgênicos, já que a rotulagem de transgênicos é medida de saúde pública relevante para permitir o monitoramento pós-introdução no mercado e pesquisas sobre os impactos na saúde.
- 3) Viola o direito dos agricultores e das empresas alimentícias que optam por produzir alimentos isentos de ingredientes transgênicos. E pode impactar fortemente as exportações, na medida em que a rejeição às espécies transgênicas em vários países que importam alimentos do Brasil é grande.
- 4) Apensado no PL 5.848/05, o mérito do PL 4.148 não foi discutido adequadamente nas comissões de mérito da Câmara dos Deputados, nem com a sociedade, mas tão somente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
- 5) Revoga o Decreto 4.680/03 do Presidente Lula que respeita o direito dos consumidores à informação e impõe a rastreabilidade da cadeia de produção como meio de garantir a informação e a qualidade do produto. (Vale lembrar que a identificação da transgenia já é feita para a cobrança de royalties).
- 6) Contraria o compromisso assumido pelo Congresso Nacional em 2005, quando aprovou a nova Lei de Biossegurança, Lei 11.105, e reiterou no artigo 40 que: “Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que



Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados **deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos**, conforme regulamento.”

7) Descumpre compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança que demanda que os países membros adotem medidas para assegurar a identificação de organismos vivos modificados nas importações/exportações, destinados à alimentação humana e animal (artigo 18. 2. a) – para tornar obrigatória a adequada identificação das cargas a partir de 2012 (decisão BS-III/10, item 7).

ASSINAM A MOÇÃO:

1. ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
2. ABCCON/MS - Associação Brasileira da Cidadania e do Consumidor do Estado de Mato Grosso do Sul
3. ABED/CE - Associação Brasileira de Economistas Domésticos
4. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - AABRANDH
5. ACOPA/PR- Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná
6. ACV/RO - Associação Cidade Verde
7. ADC/JE - Associação de Donas de Casa de Jequié – Bahia
8. ADECON/PE - Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor
9. ADOC/PR - Associação de Defesa e Orientação do Cidadão
10. ADOCON/SC – Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidor
11. ADOCON/TB/SC - Associação das Donas de Casa, dos Consumidores e da Cidadania de Santa Catarina
12. ADUSEPS/PE- Associação dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde
13. AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – PR
14. ANPA - Associação Nacional dos Pequenos Agricultores
15. ANPA - Associação Nacional dos Pequenos Agricultores
16. APROMAC - Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte - PR
17. ARPA - Associação Riograndense de Pequenos Agricultores
18. Articulação Paulista de Agroecologia
19. ASPEC – Asociación Peruana de Consumidores y Usuarios
20. ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
21. Associação Agroecológica Tijupá
22. Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica
23. Associação Greenpeace
24. Brasilbio - Associação dos Produtores e Processadores de Orgânicos do Brasil
25. Brasilcon - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor
26. Câmara Municipal de Fortaleza
27. CDC /RN - Centro de Defesa do Consumidor do Rio Grande do Norte



Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

28. Centro Ecológico
29. Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Vereadores de Fortaleza
30. Comissão Pastoral da Terra
31. CONSEA Ceará - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará
32. Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região - Minas Gerais
33. Consumers International
34. DECONOR - Comitê de Defesa do Consumidor Organizado, de Florianópolis, SC
35. FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
36. FEDC/RS - Fórum Estadual de Defesa do Consumidor
37. Fórum Carajás
38. FCSAN - Fórum Cearense de Segurança Alimentar e Nutricional
39. Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor
40. Fórum Permanente de Defesa do Consumidor do Estado do Ceará
41. Fundação Rio Parnaíba - FURPA (PI)
42. IBAP - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública
43. ICONES - Instituto para o Consumo Educativo Sustentável do Estado do Pará
44. IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
45. IEDC - Instituto Estudos Direito e Cidadania
46. Instituto Ambiental vidágua
47. Instituto Giramundo Mutuando
48. MDC/GO - Movimento de Donas de Casa de Goiás
49. MDC/MG - Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais
50. MDCC/RS - Movimento das Donas de Casa do Rio Grande do Sul
51. MDCCBA/BA - Movimento de Donas de Casa e Consumidores da Bahia
52. Ministério Público do Estado de São Paulo - Centro de Apoio Cível e de Tutela Coletiva - Área do Consumidor
53. Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil
54. MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
55. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
56. Núcleo de Educação do Consumidor e Administração Familiar (Educon) do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará
57. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Ceará
58. PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
59. Procon Assembléia
60. Procon Fortaleza
61. Rede Abelha Maranhão
62. Rede de Agroecologia do Maranhão
63. Terra de Direitos
64. Tribuna Ecuatoriana de Consumidores y Usuarios
65. UNCUREPA - Union Nacional de Consumidores y Usuarios de La Republica de Panama
66. VIDA BRASIL/CE - Valorização do Indivíduo e Desenvolvimento Ativo
67. Vigilância Sanitária do Município de Fortaleza



Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor